

Formação dos mediadores informativo-culturais: em que pontos se intersectam?

Marielle Barros de Moraes
Ariel Morán

El que cree conocer al lector
no hace ya nada por el lector.¹
Friedrich Nietzsche,
Así hablaba Zaratustra

Muito já se falou que a formação dos mediadores da informação e da cultura - especificamente arquivistas, bibliotecários e museólogos - requer ser revisada, uma vez que ainda não cumpre com as novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho. As conferências, simpósios, fascículos de revistas são os meios privilegiados para fazer circular a informação especializada, por mais que os especialistas não cheguem, todavia, a um consenso sobre qual tipo de formação é a mais adequada para os mediadores da informação e da cultura dentro das universidades.

Uma boa parte dos artigos da área da Biblioteconomia e da Arquivologia fala da necessidade de formar seus alunos de acordo com as regras de um mercado de trabalho flutuante; outros falam de reconhecer as necessidades reais da sociedade, as quais vão, muitas vezes, na direção oposta a do mercado de trabalho, e outros dizem ainda que esta formação deve levar em conta os aspectos

¹ Friedrich Wilhelm Nietzsche, *Así hablaba Zaratustra: Un libro para todos y para nadie*. México: Época, 1986, p. 35.

epistemológicos das três áreas de conhecimentos mencionadas: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Ademais as várias opiniões acerca desse tema, é certo que, em muitos sistemas econômicos da América Latina, ocorre que, ao concluir os estudos de graduação e de pós-graduação, os alunos encontram um mercado de trabalho contraído, no qual existe uma competição cada vez maior e mais difícil pelos postos de trabalho, ao invés de os profissionais competirem por melhores salários. Esta situação nos faz questionar a problemática da Educação, pois, muitas vezes, esta é vista como gasto e não como investimento por parte do poder público, e assim, ao invés de termos indivíduos altamente qualificados para diversos empregos, o que ocorre é que esses sujeitos altamente qualificados são escassos. A solução para este problema pode ser encontrada na educação, mas não nela por si mesma, mas sim, contemplada como uma política econômica de investimento social impulsionada pelo Estado. Todavia, isso não quer dizer que os perfis de formação dos estudantes, nas instituições de ensino superior, devam estar determinados (em uma relação diretamente proporcional) pelas regras do mercado.

Neste contexto de incerteza, na qual os indivíduos devem se formar em escolas, onde os cursos relacionados com as áreas das ciências da informação começam apenas a investigar algumas destas questões, é necessário falar de uma visão mais ampla, por exemplo, falar de uma relação “trilética” entre a sociedade, o mercado e a epistemologia. Ou seja, perguntar-se, também, se há mais peso de algum desses fatores sobre os outros.

A Teoria do Capital Humano analisa, por exemplo, a heterogeneidade do fator trabalho, assinalando a importância da educação/capacitação - no sistema educativo, ou no trabalho formal ou mediante a experiência, formação geral ou específica - na maior produtividade de dito fator, sendo concebida a educação como um investimento a ser retribuído no futuro mediante maiores salários, melhores empregos e/ou um emprego. Este aspecto se acentuou na atualidade pelos acelerados processos de geração e obsolescência do conhecimento.

Vejamos. Nem sempre um maior nível educacional se relaciona com maiores taxas de ocupação ou melhores salários, ao mesmo tempo, muitas vezes, as necessidades da sociedade não são as mesmas necessidades que tem o mercado de trabalho. Hoje, no Brasil, se necessita de bibliotecários para ocupar os postos de trabalho nas Bibliotecas Escolares. No entanto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010, a realidade brasileira nos mostra que mais de 90% da população sabe ler e escrever, porém o País ainda possui, mais ou menos, 18 milhões de brasileiros que não sabem nem ler e nem escrever. Além disso, atualmente, no Brasil, 72% das escolas não possuem bibliotecas e o País necessita formar bibliotecários para as Bibliotecas Escolares em mais de 180 mil. Os nossos currículos de formação de bibliotecários estão se voltando para esse nicho do mercado? Ou estão apenas inserindo disciplinas

denominadas de “bibliotecas escolares” nos currículos, mas esquecendo-se que o profissional a ser formado para atuar nesse campo necessita de conhecimentos do campo da Educação e da Pedagogia? Os currículos das escolas de Biblioteconomia nos propiciam a desenvolver bibliotecas para alunos - crianças, jovens, adultos, anciãos - do século XXI? Estamos aptos a desenvolver projetos nesses ambientes tanto para os nativos, quanto para os imigrantes digitais? Estamos discutindo essas questões nos currículos? Ou estamos pensando em inserir bibliotecas do século XIX, em escolas do século XX, para crianças, jovens, adultos e anciãos do século XXI? Ainda nesse contexto das bibliotecas escolares, muito se fala que esse profissional deve atuar como um “infoeducador”, um “alfabetizador informacional”, ou outro sinônimo para este que-fazer, porém, quais disciplinas do currículo estão se voltando para discutir essas questões?

Por outro lado, temos as necessidades do mercado laboral, que requerem profissionais com determinados perfis para gerenciar grandes volumes de dados e informações, a fim de melhorar o conhecimento e a tomada de decisões, o chamado Big Data. Por sua vez, os cidadãos requerem informações para exercer sua racionalidade e autonomia, por exemplo, para avaliar suas decisões, as quais estão sujeitas a incertezas consideráveis. Diante deste contexto nos surgem as seguintes questões:

- ❖ Quem analisará e fará a gestão de enormes volumes de dados que não podem ser tratados de maneira convencional, e que também superam os limites e capacidades das ferramentas de software habitualmente utilizadas para a captura, gestão e processamento de dados?

- ❖ Estamos preparados para essa nova realidade?

- ❖ Estamos, como mediadores informativo-culturais, preparados para analisar as enormes quantidades de dados e de informações que estão nas redes sociais e que são úteis para as empresas, principalmente, em um momento em que estas possuem um grande número de clientes em potencial nas redes sociais?

- ❖ Quais disciplinas do currículo de formação dos profissionais da informação que se voltam para o estudo mais amplo da sociedade na qual esse profissional irá atuar?

- ❖ Quais disciplinas se voltam para questões de processamento de grandes volumes de dados não somente analógicos, mas também digitais?

- ❖ As disciplinas que se voltam para a análise da informação vislumbram apenas as análises de objetos tradicionais dos campos dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, ou se voltam para análises de informações que estão em formato de fluxos na rede e que são estratégicos para diferentes organizações?

Para isso, é importante um profissional que saiba analisar as informações para uso estratégico das empresas, das organizações, dos governos, frente a seus clientes, usuários, cidadãos. Aqui é percebido um ponto forte de intersecção das áreas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

No México, por exemplo, a recém promulgada *Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública*, de 11 de junho de 2002, pugna de maneira implícita por profissionais que participem - como o indica o artigo 2º, parágrafo VII - na promoção, fomento e difusão da cultura da transparência através do acesso à informação, mediante mecanismos que garantam a publicidade da informação oportuna e completa, em formatos adequados segundo as condições sociais, econômicas e culturais de cada região do país. Os arquivos são parte fundamental no exercício do acesso à informação, uma vez que são a fonte que documenta o agir dos governos. A *Ley Federal de Archivos* está constituída com uma forte carga da teoria arquivística (se explica, por exemplo, o que é o valor documental). Nesta lei, se estabelecem disposições que permitem a adequada organização e conservação de arquivos governamentais, através da incorporação de ferramentas arquivísticas reconhecidas a nível internacional e a designação de responsabilidades em matéria de arquivos.

Já no Brasil, a Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como *Lei de Acesso à Informação* (LAI), a qual regula o acesso às informações públicas, está constituída com uma linguagem fortemente voltada para a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, uma vez que trata de termos relativos aos três campos de conhecimentos, tais como: informação, documento, informação pessoal, informação sigilosa, tratamento da informação, disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade. Este fato nos faz perceber que não se trata somente do tratamento das informações em fluxo, mas, sobretudo, das informações que já foram produzidas e que precisam ser tratadas, armazenadas e disponibilizadas para a sociedade em geral.

Desta feita, percebemos que o manejo dos documentos públicos é outra área que, tanto no Brasil, quanto no México também vai necessitar de muitos profissionais “de fronteira” para manejar a Lei de Acesso à Informação, pois será necessário saber classificar os documentos para sua disponibilização aos cidadãos. Tanto arquivistas, quanto bibliotecários e museólogos são profissionais aptos a atuar com a referida Lei, no âmbito dos arquivos, das bibliotecas e dos museus públicos, uma vez que sua missão não é mais ser o guardião dos tesouros da humanidade, mas, sobretudo, facilitar o acesso às informações desses ambientes, tanto em seu paradigma custodial, quanto no paradigma pós-custodial.

Assim sendo, diante desta realidade digital, perguntamos: estamos preparados para sobreviver como bibliotecários, arquivistas ou museólogos diante dessa ambiência digital/online? No entanto, antes de qualquer outra coisa, temos que dimensionar que a apropriação responde a contextos culturais e sociais

específicos. Esta relação entre desenvolvimento e capacidade humana num contexto tecnológico-digital, onde a informação, o conhecimento e a tecnologia são elementos definidores do mesmo, permite afirmar que o estágio de desenvolvimento dos grupos sociais, depende dos processos de criação, produção, distribuição, uso e reuso de informação, conhecimento e tecnologia. Assim sendo, o processo de desenvolvimento e difusão da tecnologia no espaço educativo se comporta como um vetor, quer dizer, como uma força com direção. Esta magnitude depende tanto da especificidade do uso tecnológico, quanto do entorno social no qual se adapta. Na efervescência da denominada Sociedade da Informação, o papel do bibliotecário tomou um rumo distinto do tradicional, devido ao fato de que as exigências profissionais se foram transformando com o passar do tempo. O que é evidente é o aumento na multiplicidade em que se apresentam as necessidades de informação, e existe, além disso, uma grande coexistência de meios eletrônicos e físicos, desde os quais, é possível consultar um documento. Por esse motivo, se requer uma permanente atualização por parte dos profissionais, assim como um número cada vez maior de responsabilidades, às vezes, as resolvendo em breves períodos de tempo. Isto promove o uso de tecnologias que não somente facilitam o acesso aos documentos, mas também funcionam como ferramentas para a implementação de serviços de maneira remota. Sua proliferação ajuda a gerar, armazenar, transmitir e acessar à informação.

A profissão bibliotecária enfrenta constantes desafios, as Tecnologias de Informação e de Comunicação requerem um conhecimento de sua aplicação e de seu funcionamento, os usuários da informação demandam serviços e produtos especializados, a gestão de um ambiente de mediação da informação funciona de maneira complexa e atende a uma grande variedade de solicitações. Os profissionais requerem uma formação na qual os conhecimentos (processos inteligentes da informação, que servem como base para o agir), habilidades (o conhecimento em ação) e atitudes (estímulo e empatia com a qual afrontamos uma situação, assim como a pré-disposição para fazer algo de uma determinada maneira) estejam em função de diversos aspectos, tais como o desenho dos sistemas de informação, operação, divulgação e avaliação; o que adverte um aumento no valor da informação, tanto para as empresas como para as instituições educacionais.

A sociedade na qual vivemos gera informação, no entanto, esta informação só é útil quando é processada, armazenada e difundida de maneira eficaz e oportuna. As tecnologias têm um papel importante em seu processamento. Sem deixar de lado uma visão humanística, atualmente, o profissional está em um ambiente competitivo e globalizado. Não se descarta a informação impressa, se trata de interagir com ambas, pois sabe como estruturá-la, organizá-la, manipulá-la contextualizá-la e, o mais importante, tudo isso desenvolvido dentro dos níveis mais excelentes de detalhes, normas e exatidão.

As competências profissionais nos entornos digitais assumem um elemento significativo. Sua utilidade consiste na capacidade de adaptar-se a contextos fluidos, em constantes mudanças, uma questão fundamental hoje em dia. Os conhecimentos adquiridos são utilizados em um contexto determinado, uma vez que seja uma empresa ou uma instituição, suas características e condições estarão vinculadas diretamente com a práxis profissional. As Tecnologias da Informação e de Comunicação devem cada vez mais estar presentes nas salas de aulas, independentemente do nível de ensino, mas, principalmente, deve estar no ensino das profissões “da informação”, tais como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Por qual motivo? Porque hoje em dia a informação não se apresenta tão somente em seu formato analógico, mas também se apresenta em um formato digital. Como saber realizar o tratamento das informações digitais se as mesmas não estão presentes como conteúdos programáticos dos currículos de formação dos profissionais da informação, ou quando estão é para dar um “ar” moderno para os fazeres tradicionais desses profissionais?

CONTINUE A DISCUSSÃO: <http://wp.me/P7k4jO-t>

Marielle Barros de Moraes é doutoranda e mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo, com período sanduíche na Universidad Autónoma de México. Pela Universidade Federal do Ceará, bacharelou-se em Biblioteconomia.

Ariel Morán é mestrando em Bibliotecología y Estudios de la Información pela Universidad Autónoma de México, onde é licenciado em Bibliotecología y Estudios de la Información.